

# Completando as fronteiras do Brasil: Plácido de Castro e a Revolução Acreana (1899-1903)

Carlos Roberto Carvalho Daróz\*

## Introdução

A presente pesquisa<sup>1</sup> está inscrita no campo dos estudos históricos de fronteiras e tem como objetivo investigar o papel da Revolução Acreana, liderada por Plácido de Castro, na constituição das fronteiras do Brasil. O artigo examina o contexto histórico, político e social que envolveu esse evento crucial na história brasileira, destacando sua importância na conclusão do processo de configuração territorial do país. Por meio de uma análise detalhada dos acontecimentos e das dinâmicas que marcaram a Revolução Acreana, busca-se compreender como esse episódio contribuiu para a definição das fronteiras brasileiras na região amazônica e para a consolidação do território nacional.

A delimitação das fronteiras do Brasil foi um processo intrincado, influenciado por uma série de tratados internacionais, conflitos territoriais e marcos históricos. O início desse processo remonta ao Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 entre Portugal e Espanha, que estabeleceu uma linha de demarcação a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, dividindo as terras descobertas entre as duas potências coloniais (Vianna, 1998).

Em 1750, após o fim da União Ibérica<sup>2</sup>, o Tratado de Madri foi assinado, modificando os limites

estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas e proporcionando uma definição mais precisa das fronteiras na região do rio da Prata. Posteriormente, o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, reafirmou essas delimitações (Sylvio, 1966).

Com a proclamação da independência do Brasil em 1822, as fronteiras coloniais deram lugar a fronteiras nacionais, embora persistissem questões de limites pendentes. A Guerra da Tríplice Aliança, travada entre 1864 e 1870, modificou significativamente a configuração do território brasileiro, particularmente na Região Sul. Esses tratados e eventos históricos desempenharam um papel crucial na configuração das fronteiras do Brasil até o término do século XIX, estabelecendo um arcabouço essencial para o desenvolvimento territorial do país.

A formação de fronteiras nacionais é um tema complexo e multifacetado, abordado por diversos estudiosos ao longo da história. Para compreender esses processos complexos, mobilizei algumas obras de referência, que permitem abordagens múltiplas sobre a questão da constituição das fronteiras. Uma obra fundamental nesse campo é *Fronteiras do mundo: uma história da civilização Ocidental*<sup>3</sup>, de Anthony Pagden,

\* Cel Art R/1 (AMAN/1991, EsAO/1999). Doutor em História (UFF-Université Libre de Bruxelles/2023), pesquisador-chefe da Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. E-mail: cdaroz@yahoo.com.br

a qual oferece uma análise abrangente das fronteiras como construções culturais e políticas, destacando como elas moldaram e foram moldadas pelas interações entre diferentes civilizações. Sua abordagem interdisciplinar e histórica fornece uma base sólida para compreender a formação e evolução das fronteiras nacionais ao longo do tempo.

Outro trabalho instrumentalizado na presente investigação é *Território, autoridade e direitos: de São Paulo a Washington, 1500-2000*<sup>4</sup>, de Stuart Elden. Nesse estudo, o autor explora as relações entre território, poder e soberania, fornecendo referências valiosas sobre como as fronteiras são estabelecidas e contestadas. Sua análise crítica das teorias do território e da governança territorial é especialmente útil para compreender as dinâmicas contemporâneas de formação de fronteiras nacionais em um contexto globalizado.

Um dos episódios mais notáveis da configuração territorial do Brasil foi a Questão do Acre, ocorrida na transição dos séculos XIX para o XX, que emergiu devido à exploração intensiva da borracha na região. Esse contencioso territorial entre Bolívia e Brasil foi resolvido, após campanha militar<sup>5</sup>, em 1903, por meio diplomático, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que concedeu ao Brasil o território do Acre mediante uma compensação financeira à Bolívia (Sousa, 2003).

Essa questão fronteiriça no coração da Amazônia consiste no objeto de estudo da presente investigação e, nessa perspectiva, seu propósito é analisar o processo que levou à anexação do Acre, definindo, finalmente, a extensão territorial de 8.511.964km<sup>2</sup> do Brasil, com destaque para a atuação de Plácido de Castro enquanto liderança militar, e a constituição de sua memória.

## A conquista do Alto Peru e a posse boliviana

As expedições de Samuel Fritz e de La Condamine foram importantes incursões exploratórias na região amazônica, contribuindo significativamente para o conhecimento e mapeamento da área. Samuel

Fritz, um missionário jesuíta, liderou expedições na região amazônica no século XVII, em que descreveu a geografia, os povos indígenas e realizou importantes trabalhos missionários. La Condamine, por sua vez, foi um explorador e cientista francês, que, no século XVIII, participou da expedição franco-espanhola ao Equador, durante a qual explorou a região amazônica, incluindo áreas próximas ao atual Estado do Acre (La Condamine, 1989)<sup>6</sup>.

A região que hoje corresponde ao Estado do Acre foi alvo de diversas expedições exploratórias desde o século XVIII. Entre as mais notáveis, destacam-se as lideradas por exploradores como Francisco de Melo Palheta, que, em 1723, navegou pelo rio Madeira adentrando a região. Além disso, a expedição de Felix da Gama, em 1742, também contribuiu para a exploração inicial da área, seguida por incursões de outros exploradores, como Leme do Prado (Freitas, 2015). Tais expedições foram essenciais para a posterior ocupação e colonização da região do Acre.

O Tratado de Madri de 1750 estabeleceu os limites entre as terras portuguesas e espanholas na América, mas foi anulado pelo Tratado de El Pardo, em 1761, quando as linhas limdeiras voltaram basicamente ao que eram, segundo o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777 (Sylvio, 1966). Apenas poucas alterações foram estabelecidas. As demarcações, não definitivas, teriam o seu assentamento a cargo de enviados especiais de cada parte, mas não se concretizaram. Assim se apresentava a linha de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, por ocasião da independência brasileira.

O Alto Peru alcançou sua independência em 1825, transformando-se na República da Bolívia e herdando uma região fronteiriça não demarcada. Esse território, inicialmente deserto e pouco explorado, permanecia em grande parte desconhecido. Durante a Guerra da Tríplice Aliança, o governo boliviano aproveitou a oportunidade para buscar a regularização das linhas de fronteira, e ficou acordado que o traçado seguiria o paralelo 10° 20' Sul, estendendo-se do rio Madeira ao rio Javari (Oliveira, 2004). Caso as nascentes se encontrassem mais ao norte, a linha reta seria desviada para ajustar-se a elas, com a ressalva de preservar possíveis povoados em ambos os países.

Em 1867, o Tratado de Ayacucho foi estabelecido com base no princípio do *uti possidetis*<sup>7</sup> (Brasil, 1868), embora a menção ao rio Aquiri (localizado no Acre) estivesse redigida de acordo com os termos dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso. Ambos os tratados faziam referência às nascentes do rio Javari, cuja localização até então permanecia desconhecida, sendo chamado de “rio Mistério” (Gomes, 1899).

O Tratado de Ayacucho previa uma validade de seis anos para questões de navegação, enquanto as delimitações territoriais seriam de duração indefinida. Em 1870, iniciou-se um processo de demarcação que avançava até a Baía Negra. A vigência do tratado, no entanto, dependia de uma verificação posterior, realizada no local, para que fosse plenamente efetivado.

Em fins do século XIX, a migração de nordestinos para o Acre foi impulsionada por dois fatores preponderantes. Em primeiro lugar, a Revolução Industrial, que teve um impacto significativo na economia global, estimulou a demanda por borracha, um recurso natural abundante na região amazônica. A crescente industrialização e a expansão do mercado consumidor demandavam uma quantidade cada vez maior de borracha para a produção de pneus, correias e outros produtos (Mariano, 2005). Essa valorização da borracha como *commodity*<sup>8</sup> essencial proporcionou um incentivo econômico irresistível para migrantes em busca de oportunidades econômicas.

Além disso, a grande seca que assolou o Nordeste brasileiro em 1877 dificultou ainda mais as condições de vida já precárias na região. A falta de chuvas levou à escassez de alimentos, à fome e ao desespero generalizado entre os habitantes nordestinos, forçando muitos deles a buscar novas perspectivas em outras partes do país. O Acre, com sua promessa de terras férteis e oportunidades de trabalho na indústria da borracha, tornou-se um destino atraente para os migrantes nordestinos que buscavam escapar das condições adversas em suas terras natais. Diante dessas questões, surgiu a ideia da migração de nordestinos para a região amazônica (Ibid.), onde a borracha começava a destacar-se nas exportações brasileiras.

Os intermediários dos donos de seringais na Amazônia organizavam o transporte dos migrantes, embarcando-os em barcos precários como se fossem

mercadorias, com condições de vida extremamente precárias durante a viagem. Muitos morriam ao longo do percurso devido às condições adversas. Ao chegarem ao destino final, eram desembarcados em áreas remotas próximas às margens de rios como o Madeira, Purus, Acre, Tarauacá, Juruá, Abunã, Yacó e Beni, onde iniciavam o processo de ocupação das terras selvagens da região amazônica.

Em 1895, uma comissão demarcatória foi estabelecida com a responsabilidade de definir os limites entre o Brasil e a Bolívia, conforme estipulado pelo Tratado de Ayacucho de 1867. O Coronel Thaumaturgo de Azevedo liderou a delegação brasileira nessa comissão e, ao verificar a latitude da nascente do rio Javari, ponto inicial da fronteira entre os dois países, percebeu que uma extensa área rica em borracha, habitada principalmente por brasileiros, ficaria sob jurisdição boliviana. Thaumaturgo expressou sua preocupação com as possíveis perdas territoriais do Brasil, incluindo o Alto Rio Acre, grande parte do rio Iaco e o Alto Purus (Costa, 1996). Suas objeções, no entanto, não foram aceitas pelo ministro brasileiro, levando-o a renunciar e tornar público, por meio da imprensa, o erro diplomático, o que provocou uma reação da opinião pública nacional.

As divergências surgidas fizeram com que sobressaísse o trabalho de Thaumaturgo de Azevedo quando afirmava que não havia, naquela região, um só palmo de terra que pudesse ser considerado como pertencente à Bolívia, pois a linha do Madeira ao Javari, consignada no protocolo Carvalho-Medina, não estava até então demarcada (Souza, 2010).

A questão tomou vulto, quando o governo brasileiro se manteve aferrado ao Tratado de 1867. Foi então nomeado novo comissário o Capitão-Tenente Augusto Cunha Gomes, o qual cumpriu literalmente as ordens da chancelaria brasileira, reconhecendo os limites estabelecidos pelo acordo (Gomes, 1899).

## O Estado Independente do Acre

No território, quase não havia estradas, e os principais meios de transporte eram limitados a alguns vapores fluviais, canoas e balsas. Por volta de 1880, aproximadamente 60 mil brasileiros já habitavam a região (Fausto, 2012), provenientes de diversas partes do país, com destaque especial para o Nordeste.

Após o reconhecimento oficial da fronteira entre Brasil e Bolívia, o governo boliviano despachou uma expedição militar para o Alto Acre, liderada pelo Major Benigno Gamarra e composta por 30 soldados. Conhecido como *Piquete Gamarra*, o grupo enfrentou várias dificuldades, incluindo escassez de alimentos, devido à situação econômica precária da Bolívia. Apesar dos obstáculos, em 12 de setembro de 1898, a força militar boliviana chegou ao seringal Carmen e posteriormente dirigiu-se à vila de Xapuri, onde anunciou a intenção de estabelecer uma delegação nacional (Cavalcante, 2022). Essa presença boliviana, contudo, provocou descontentamento entre alguns brasileiros, liderados pelo Coronel da Guarda Nacional Manuel Felício Maciel, que exigiram a retirada imediata dos bolivianos. Inferiorizados em número e ameaçados, em 30 de novembro de 1898 os soldados bolivianos acabaram deixando a região (Campos, 2012).

Em 2 de janeiro de 1899, com a permissão do governo brasileiro, o ministro plenipotenciário boliviano D. José Paravicini chegou ao Acre por vias fluviais e estabeleceu uma aduana e um assentamento chamado Puerto Alonso nas terras do seringal Caquetá (Calvo, 1984). Paravicini emitiu uma série de decretos, incluindo um controverso que permitia o comércio internacional nos rios amazônicos, infringindo a soberania brasileira (Ibid.). Ele arrecadou grandes quantias em impostos sobre a borracha, exigiu a demarcação imediata dos seringais e a regularização das propriedades, anteriormente registradas no Estado do Amazonas, gerando apreensão entre os habitantes dos rios acreanos.

A insatisfação começou a se espalhar entre os seringueiros brasileiros, que se opunham à autoridade estrangeira, enquanto aumentavam as denúncias de

violência contra brasileiros, que se sentiam cada vez mais ameaçados em seus direitos. Após a partida de Paravicini para Belém, depois dos chamados “Cem dias de Paravicini” (Ibid.), os habitantes do Acre decidiram unir forças para resistir à dominação boliviana.

À frente de numerosos seringueiros, o jornalista brasileiro José de Carvalho intimou os bolivianos a retirarem-se com todos os elementos de seu governo. O governador boliviano cedeu, mas exigiu uma intimação por escrito para se resguardar perante o governo de La Paz (Ferreira, 2013). Esse documento veio servir, posteriormente, para um protesto diplomático. Os habitantes do Acre fizeram sentir à autoridade boliviana que não iriam renunciar à terra que povoavam.

Enquanto ocorriam esses fatos, o jornalista espanhol Luís Galvez Rodríguez de Arias descobriu haver um acordo secreto entre a Bolívia e os Estados Unidos da América (EUA), altamente prejudicial ao Brasil. Pelo acordo, os EUA se comprometiam a apoiar a Bolívia na pressão sobre o Brasil para que reconhecesse o Tratado de Ayacucho e permitisse a livre navegação pelos rios amazônicos, visando garantir interesses econômicos e estratégicos na região. Esse acordo secreto entre Bolívia e EUA era altamente prejudicial ao Brasil, uma vez que comprometia sua soberania sobre o Acre e colocava em risco seus interesses na região amazônica (Silva; Albuquerque, 1998).

Ao expor o acordo, Galvez contribuiu para despertar a atenção das autoridades brasileiras para a importância estratégica do Acre e para as ameaças externas à soberania brasileira na região. Residente em Belém, Galvez levou essas informações ao conhecimento dos governadores do Pará e do Amazonas. A revelação desse acordo preliminar chocou a opinião pública brasileira, apesar das autoridades bolivianas e norte-americanas negarem veementemente as denúncias veiculadas pelos jornais.

Em 1º de maio de 1899, alguns seringalistas reunidos no seringal Bom Destino, de Joaquim Vitor, sob a liderança de José Carvalho, decidiram que era chegada a hora de expulsar o delegado boliviano Moisés Santivanez, que havia substituído Paravicini no comando de Puerto Alonso. Intimidadas a partir do Acre, as autoridades bolivianas, em evidente inferioridade numérica



e militar, não resistiram ao movimento revolucionário e partiram para Manaus (Ibid.).

Mesmo sem o disparo de um tiro, estava iniciada oficialmente a Revolução Acreana com a assinatura de um manifesto por mais de 60 proprietários de seringais e outros profissionais que atuavam nessa região (Ferreira, 2013).

Para dar direção ao movimento, foi estabelecida uma junta central revolucionária. Pouco tempo depois, José Carvalho retornou para Manaus acometido pela malária. O governo do Amazonas organizou uma expedição encabeçada por Galvez para impedir a expansão e o domínio boliviano.

Do encontro de Galvez com os seringalistas da junta revolucionária, surgiu a intenção de se fundar um Estado independente, pois o governo brasileiro continuava reconhecendo os direitos bolivianos sobre a região (Zaluar, 2001). Em 14 de julho de 1899, foi criado o Estado Independente do Acre, com capital na Cidade do Acre, como passou a ser chamada Puerto Alonso. Os revolucionários alegaram ao governo brasileiro que, se o Brasil não queria o Acre, eles, brasileiros, não queriam ser bolivianos (Campos, 2012). Luís Galvez foi escolhido, por aclamação, como presidente do novo país e logo começou a organizar internamente o Acre e a expedir inúmeras correspondências a diversos países da Europa e da América, a fim de obter o reconhecimento internacional.

Galvez elaborou uma legislação abrangente para organizar os diversos aspectos da vida no novo país, abordando questões que iam desde a saúde até a educação, passando pelas forças armadas (Ferreira, 2013). Algumas dessas leis, contudo, consideradas bastante progressistas para a época, entraram em conflito com os interesses de certos seringalistas e, especialmente, dos exportadores de Manaus e Belém. Sofrendo forte oposição promovida por esses segmentos, Galvez foi destituído do cargo em 28 de dezembro de 1899 pelo seringalista Antônio de Souza Braga, que assumiu a presidência do Acre.

A Bolívia, por sua vez, enviou uma nova comissão à região, escoltada por um navio brasileiro e por uma coluna de 500 homens por terra. O navio permaneceu em Manaus, e a comissão boliviana foi atacada

por Souza Braga, que não conseguiu controlar a situação, chamando Galvez para reassumir o cargo em 30 de janeiro de 1900 (Campos, 2012). Galvez passou a governar, preparando, também, uma força brasileira para enfrentar a coluna boliviana, que marchava em direção ao Acre.

A partir desses acontecimentos e da enorme polêmica nacional que se tornou a questão acreana, o governo federal mandou ao Acre uma força-tarefa da Marinha. Em 15 março de 1900, a flotilha brasileira chegou a Porto Acre com a missão de impedir o desenvolvimento da Revolução Acreana e fazer reconhecer o Tratado de Ayacucho (Ibid.). Galvez, que se preparava para resistir aos bolivianos, não quis combater as forças brasileiras e cedeu, retirando-se definitivamente da região.

## Os bolivianos recuperam o controle

Novas autoridades bolivianas apareceram em setembro com uma coluna militar, agindo com tato e moderação. Entenderam-se com as lideranças brasileiras, procurando conquistar a população, mas a região continuava tensa, com bolivianos hostilizados ou mortos pelas doenças tropicais.

A questão do Acre cresceu na opinião pública, em particular do norte do país. O governo do Amazonas, com o firme objetivo de anexar o Acre ao seu estado, financiou uma expedição armada – a Expedição Floriano Peixoto, como foi oficialmente chamada – composta por boêmios e profissionais liberais de Manaus, sem qualquer experiência militar. Essa força, sob o comando do jornalista Orlando Corrêa Lopes, formou-se ao redor do vapor *Solimões*, equipado com a ajuda do governador da Província do Amazonas, Silvério Néri, contando com um canhão leve, uma metralhadora e cerca de 200 homens. O *Solimões*, operando no rio Purus, apreendeu a embarcação boliviana Alonso, que foi renomeada *Rui Barbosa*. O jornalista Rodrigo de Carvalho tornou-se, então, presidente da recém-declarada República do Acre, a qual contava com um canhão leve, uma metralhadora e cerca de 200 homens

(Calvo, 1984). Por volta do Natal de 1900, a expedição atacou Puerto Alonso, mas foi vencida pelos militares bolivianos, resultando na perda do canhão e da metralhadora, o que acabou levando à dissolução dessa segunda república. Com a derrota, os remanescentes da “Expedição dos Poetas” – nome mais popular da iniciativa – regressaram para Manaus, e o território do Acre manteve-se sob o controle boliviano.

Apesar das negativas dos EUA e da Bolívia em relação ao acordo denunciado por Luís Galvez, em junho de 1901, o governo boliviano, então sob a liderança do General José Manuel Pando, firmou um contrato de arrendamento do Acre com a *Bolivian Trading Company*, também conhecida como *Bolivian Syndicate of New York City*<sup>9</sup>, com sede em Nova Jersey (Souza, 2010). A Bolívia concedeu à companhia um controle quase absoluto sobre a Província do Acre, visando proteger sua soberania na região. De acordo com o contrato, o grupo de capitalistas estadunidenses e britânicos teria controle total sobre a região, podendo mobilizar tropas e explorá-la por um período de 30 anos. Enquanto isso, o número de brasileiros que se estabeleciam na região crescia, especialmente nordestinos, em busca dos recursos naturais da floresta.

O Brasil e o Peru, que também reivindicava o território, condenaram vigorosamente o acordo. O Brasil retirou seu cônsul de Puerto Alonso e fechou os afluentes do rio Amazonas para o comércio com a Bolívia. As potências internacionais, que consideravam os rios da bacia como águas internacionais, exerceram pressão, levando o Brasil a reduzir a proibição para aquisição de materiais bélicos pela Bolívia, além de liberar as mercadorias bolivianas destinadas a nações estrangeiras.

## Plácido de Castro entra em cena

Ainda durante a expedição Floriano Peixoto, cogitou-se o nome de José Plácido de Castro (**figura 1**) para liderar um movimento dos seringueiros brasileiros contra o domínio boliviano na região. Agrimensor

gaúcho de 26 anos de idade, veterano de guerra da Revolução Federalista de 1893 e que teria frequentado as Escolas Militares de Rio Pardo e Porto Alegre, Plácido de Castro não foi inicialmente localizado, visto que se encontrava na região do Purus, convalescendo de beribéri. Doente, Plácido de Castro recusou a proposta (Miranda, 2003).



Figura 1 – Plácido de Castro, fotografado em 1907 pelo Coronel Percy Fawcett  
Fonte: Wikimedia/Wikicommons

A insatisfação entre os colonos brasileiros e as autoridades bolivianas, os conflitos internos entre diferentes facções e a presença do *Bolivian Syndicate* contribuíram para potencializar as tensões na região, originando um novo movimento revolucionário no Acre. Já recuperado da enfermidade e novamente instado para atuar em sua organização, Plácido de Castro finalmente assumiu a liderança do movimento (Ferreira, 2013).

Castro iniciou sua jornada pela região do Baixo Purus com o objetivo de recrutar voluntários, a maioria seringueiros, para libertar o Acre. Enquanto isso, a Bolívia despachou um batalhão de infantaria para a região, comandado pelo Coronel Rosendo Rojas e contando com 180 homens (Calvo, 1984). Castro recrutou homens acostumados à rigidez da vida na selva

e aptos ao manejo de armas. Por meio de treinamento militar eficiente, transformou-os rapidamente em um pequeno exército coeso e experiente, pronto para combater na floresta. Ao retornar de suas missões de recrutamento, foi informado da aproximação do batalhão boliviano. Sem hesitar, partiu com os 70 homens sob seu comando para emboscar o inimigo em 18 de setembro.

Embora a intenção fosse surpreender o inimigo, foram os acreanos que caíram em uma emboscada preparada pelas forças de Rojas. Mesmo assim, conseguiram se reagrupar e responder ao fogo inimigo. Os sertanejos de Castro enfrentaram o fogo boliviano por uma hora, até que suas munições se esgotaram. Diante disso, não restou alternativa senão a retirada. No confronto, 22 acreanos foram mortos e 10 ficaram feridos. Os bolivianos, por sua vez, não se aventuraram a perseguir os acreanos através da selva, onde teriam dificuldade de orientação. Em contrapartida, os bolivianos sofreram 10 baixas fatais e 8 feridos (Ibid.). A vitória nessa batalha convenceu o Coronel Rojas da iminência de uma insurreição em Xapuri.

As tropas acreanas se reorganizaram, recebendo várias adesões. Passaram a usar um uniforme escuro e ocultar insígnias de oficiais, pois o combate na selva era travado a curta distância. O problema maior de Plácido de Castro era a logística difícil, em razão do ambiente operacional de selva, e a escassez de munição e víveres.

A força revolucionária foi estruturada em quatro batalhões (Campos, 2012):

- Batalhão Novo Destino (c. 150 homens);
- Batalhão Pelotas (c. 100 homens);
- Batalhão Acreano (c. 300 homens);
- Batalhão Xapuri (c. 300 homens).

Em 2 de outubro, os comandantes de batalhão aclamaram Plácido de Castro general do Exército do Acre, o que não foi aceito por ele, uma vez que ele considerava péssimo precedente a promoção por aclamação.

Devido à impossibilidade de avançar para Porto Acre, Rojas optou por permanecer na Vila da Empresa.

Enquanto os acreanos se preparavam para a revolução, os bolivianos realizavam incursões nos seringais, que eles chamavam de “correrias”. Na primeira dessas ações, ocorrida no seringal Telheiros, que havia sido fortificado por orientação de Plácido de Castro, os bolivianos capturaram sete acreanos, os quais foram sumariamente executados por fuzilamento. Os demais seringueiros fugiram para a selva em busca de proteção.

Uma segunda incursão foi descoberta por uma sentinela acreana, e os soldados bolivianos, inexperientes na selva, começaram a disparar suas armas a esmo. Ao atravessarem uma clareira para atacar um barracão, eles se expuseram ao fogo preciso dos acreanos, que estavam entrincheirados ao redor da casa, resultando em várias baixas. O Coronel Manuel Causeco, responsável pela operação, foi alvo de severas críticas. Seu fracasso levou à abertura de um inquérito militar em La Paz (Calvo, 1984).

Em Porto Acre, a guarnição se concentrou na fortificação da localidade, barrando o trânsito pelo rio. Na Vila da Empresa, iniciaram um ataque às tropas do Coronel Rojas, no dia 5 de outubro, mas os bolivianos tiveram tempo para fortificar o local, usando, inclusive, arame farpado. Transformaram o gaiola Rio *Afuá*, que estava encalhado no rio, em um pequeno fortim (Ferreira, 2013).

O ataque teve início durante a madrugada, em meio à densa vegetação da selva, onde os nordestinos, com pouca experiência em assuntos militares, tentaram avançar diretamente contra a posição boliviana. As primeiras trincheiras foram capturadas usando armas brancas, e os primeiros sucessos encorajaram os seringueiros (**figura 2**). Os soldados bolivianos, no entanto, bem liderados e protegidos, responderam ao fogo abrindo brechas entre os atacantes. A noite foi dedicada ao sepultamento dos mortos e à evacuação dos feridos para um hospital improvisado em um local seguro. Plácido de Castro viu a necessidade de economizar munição e transformar os nordestinos em soldados mais aptos.



Figura 2 – Tropas acreanas entrincheiradas em uma clareira na selva

Fonte: Arquivo Histórico do Acre

Dois dias após o ataque, um grupo de acreanos conseguiu capturar a embarcação *Rio Afuá*, que permanecia encalhada, e começou a impedir que os bolivianos tivessem acesso à água do rio. Encurralados, os bolivianos enfrentavam dificuldades para lidar com essa situação. Aproveitando-se dessa circunstância, Plácido de Castro sugeriu uma rendição, mas o comandante boliviano recusou a proposta. Um dos desertores da tropa acreana, que havia servido como guia para os bolivianos no primeiro confronto, resultando na morte de vários brasileiros, foi condenado à morte por fuzilamento. Esta não foi a única execução realizada nesse contexto.

Plácido de Castro recebeu relatos sobre as incursões bolivianas no Baixo Acre, onde os industriais de borracha bolivianos estavam armando índios pacíficos para atacar seringais e povoações brasileiras, resultando em execuções cruéis de todos os encontrados. Diante disso, Plácido de Castro preparou-se para o ataque final, mas antes fez uma última tentativa de evitar o confronto. Em 14 de outubro, enviou um oficial boliviano que estava prisioneiro para propor a rendição, visando evitar um derramamento de sangue desnecessário, uma vez que a tropa boliviana não tinha chance de sucesso (Miranda, 2003). Após algum tempo, bandeiras brancas surgiram no acampamento boliviano em sinal de rendição.

Plácido de Castro recusou-se a receber a espada do comandante boliviano, o qual, com um aperto de mãos, pediu que o comandante brasileiro a guardasse não como um troféu, mas como uma lembrança de amizade. Os soldados bolivianos casados foram libertados e enviados de volta para suas casas, enquanto os demais foram encaminhados para Manaus. O delegado boliviano, D. Lino Romero, solicitou que um dos soldados levasse duas cartas para La Paz: uma para sua esposa e outra para o presidente Pando. Na carta ao presidente, ele destacou a futilidade de permanecer no Acre, um território com um clima de difícil adaptação e já povoado por muitos brasileiros, os verdadeiros pioneiros da região (Ibid.). Ele sugeriu a busca de um acordo honroso e equitativo, ou até mesmo a troca de territórios.

O governo boliviano, contudo, não podia atender a esse apelo, pois estava comprometido com o *Bolivian Syndicate*. Proprietários bolivianos favoráveis à presença do *Syndicate* mobilizaram seus caboclos e índios, armando-os com o objetivo de expulsar os seringueiros brasileiros (Calvo, 1984).

As informações recebidas pelo exército acreano eram alarmantes. Xapuri, ameaçada por um assalto de 800 caboclos, preparava-se para uma resistência desesperada. Esses caboclos já haviam atacado o povoado de Carmem, aniquilando totalmente a guarnição acreana de 53 homens, executando todos os feridos e prisioneiros. Diante disso, Plácido sentiu a necessidade de passar para a ofensiva (Souza, 2010). Ele decidiu levar a guerra até a Bolívia e destruir os depósitos de suprimentos inimigos no rio Orton. Porto Acre ficaria apenas com uma pequena guarnição para vigilância.

A tropa acreana avançou até o rio Abunã, onde enfrentou, em 7 de novembro, tropas irregulares bolivianas em Santa Rosa, baseadas no território boliviano. No dia seguinte, pela manhã, os acreanos cruzaram o rio, enfrentando um intenso tiroteio onde estavam posicionadas as forças militares da Bolívia, protegidas por barricadas de borracha. O combate durou cinco horas, até que os bolivianos se dispersaram pela selva. O conflito terminou com o incêndio de todas as casas do povoado.

Três dias mais tarde, Plácido de Castro marchou com 400 homens em direção a Palestina, no interior



da Bolívia, na calha do rio Orton, esperando atrair as tropas que guarneciam Puerto Alonso para uma emboscada e destruí-las (Ibid.). Sua intenção, contudo, foi frustrada, e seus oficiais pediram para que ele não mais ingressasse em território boliviano. Plácido de Castro, então, retrocedeu até o rio Tuamano, realizando uma operação de limpeza e destruindo o remanescente de guerrilheiros bolivianos. Daí retornou rapidamente para capturar Puerto Alonso, antes mesmo de receber reforços, com o fim da seca.

No dia 14 de janeiro de 1903, iniciou-se o ataque a Puerto Alonso, e, 10 dias mais tarde, os bolivianos que guarneciam a localidade renderam-se às forças de Plácido de Castro, que já haviam tomado toda a região. Três dias depois, em 27 de janeiro, foi proclamada a República do Acre, agora com o apoio do presidente Rodrigues Alves e do seu ministro do Exterior, o Barão do Rio Branco, que ordenou a ocupação do Acre e estabeleceu um governo militar sob o comando do General Olímpio da Silveira (Miranda, 2003).

## A solução pela diplomacia

Reagindo à conquista de Plácido de Castro, logo um expressivo contingente militar boliviano, sob o comando pessoal do General Juan Manuel Pando, presidente do país, ocupou a margem oposta do rio Orton, ameaçando a força de revolucionários brasileiros.

Plácido de Castro recebeu, então, um expediente do General brasileiro Olímpio da Silveira, requerendo o fim das hostilidades. O mesmo foi feito para o General Pando. Terminaram, assim, as hostilidades. A partir desse momento, as forças brasileiras passaram a ocupar os territórios conquistados no Acre, mas o relacionamento entre o General Olímpio e os acreanos não foi dos melhores. Os acreanos, para evitar um choque com o comando brasileiro, desmobilizaram seu exército, que permaneceu de sobreaviso, pronto para reagir caso o território fosse devolvido aos bolivianos.

O que os acreanos mais queriam, na realidade, era continuar brasileiros. Em face dos desencontros, o

General Olímpio acabou repreendido e afastado do seu comando (Campos, 2012). Ao seu substituto, foram emitidas ordens para reorganizar o exército acreano, mas isso não foi necessário, pois a diplomacia já havia consolidado as conquistas acreanas.

Antes que fosse travado algum combate significativo, a diplomacia brasileira entrou em ação, liderada pelo Barão do Rio Branco, resultando na assinatura, pelos governos do Brasil e da Bolívia, em 21 de março de 1903, de um tratado preliminar, o qual seria ratificado pelo Tratado de Petrópolis (Souza, 2010).

A mudança na presidência do Brasil assinalou uma nova postura do governo brasileiro em relação ao Acre. Enquanto Campos Sales (1898-1902) não quis envolver a República brasileira na problemática questão acreana e manteve-se aferrado ao estabelecido no Tratado de Ayacucho, o novo presidente, Rodrigues Alves (1902-1906), desenvolveu uma política oposta.

Rio Branco iniciou as negociações com a Bolívia e obteve a resolução definitiva do contencioso por meio do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903. De acordo com o pacto, o Acre passou a fazer parte do Brasil, restando ainda o problema com o Peru, que só seria definitivamente resolvido em 8 de setembro de 1909, com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro. O Tratado de Petrópolis definiu que o Brasil adquiriria o Acre pela quantia de 2 milhões de libras esterlinas, cedia algumas terras no Mato Grosso e comprometia-se a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, a fim de garantir o escoamento da produção de borracha boliviana pelo rio Amazonas (Ibid.). O *Bolivian Syndicate* foi indenizado em 110 mil libras esterlinas. Em 30 anos, contudo, os tributos arrecadados pelo Brasil no Acre compensaram as indenizações e o empréstimo contraído para a construção da ferrovia (Ibid.).

Por meio de uma legislação federal datada de 25 de fevereiro de 1904, e posteriormente regulamentada por decreto presidencial em 7 de abril de 1904 (Brasil, 1904), o Acre foi oficialmente incorporado ao território brasileiro. José Plácido de Castro foi nomeado o primeiro presidente do Território do Acre, o qual foi, posteriormente, elevado à condição de Estado, em 15 de junho de 1962 (Brasil, 1962).

## Plácido de Castro - um herói nacional (?)

A construção e preservação da memória coletiva de heróis nacionais desempenham um papel crucial na formação da identidade de uma nação. Estes são frequentemente venerados e lembrados por meio de monumentos, datas comemorativas e narrativas históricas que os destacam como exemplos de virtude, coragem e patriotismo. Suas ações e sacrifícios são frequentemente glorificados para fortalecer o sentimento de orgulho nacional e coesão social. A construção dessa memória, no entanto, é um processo complexo, sujeito a influências políticas, sociais e culturais, que moldam a interpretação e representação dos heróis ao longo do tempo (Assman, 2011).

A memória de heróis frequentemente emerge inicialmente em um contexto nacional, com o potencial de se tornar um símbolo unificador para toda uma nação. Em alguns casos, no entanto, essa memória pode ser restringida a um âmbito regional, limitada por uma série de variáveis históricas, políticas e culturais. Fatores como rivalidades regionais, disputas de poder ou até mesmo a marginalização deliberada por parte das autoridades nacionais podem contribuir para essa regionalização da memória de um herói. Assim, o que poderia ter sido uma figura venerada em todo o país é, em vez disso, celebrada e lembrada apenas dentro de fronteiras regionais, resultando em uma perspectiva mais fragmentada e localizada da história nacional (Smith, 1991).

Nessa perspectiva, o caso de Plácido de Castro, na relação entre memória cultural e identidade nacional, examinando os processos de incorporação dos heróis nacionais na memória coletiva, representa um exemplo clássico de como uma personalidade da história pode ser parte de um processo de inserção no imaginário regional, que, apesar de sua relevância, raramente atinge o plano nacional.

Plácido de Castro, líder da Revolução Acreana, faleceu vitimado por uma pneumonia em 11 de agosto de 1908, aos 39 anos de idade. Ainda que tardiamente,

muitas foram as homenagens a ele dirigidas, a maioria de caráter regional, restritas ao território por ele conquistado e à região amazônica.

Em 1964, foi inaugurada uma estátua de bronze em sua homenagem na Praça da Revolução, em Rio Branco, capital do Estado do Acre. Considerado um símbolo da Revolução Acreana, o monumento foi esculpido por Honório Peçanha e localiza-se diante da sede da Prefeitura Municipal de Rio Branco, no centro da cidade (Jady, 2021).

Em um gesto de reconhecimento histórico e simbólico, o Exército Brasileiro concedeu, em 1985, ao Comando de Fronteira do Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva a denominação histórica de Batalhão Plácido de Castro (Brasil, 1985). Essa designação homenageia o líder da Revolução Acreana e destaca a relevância histórica e o papel desempenhado pela organização militar na proteção das fronteiras, na manutenção da soberania nacional e na defesa territorial na região amazônica.

O Memorial do Centenário da Revolução Acreana, em Rio Branco, foi erguido como parte das comemorações do centenário desse evento histórico significativo e inaugurado em 6 de agosto de 2002. A construção do memorial foi uma iniciativa do governo estadual do Acre, buscando preservar a memória desse episódio e homenagear os envolvidos na luta pela soberania da região. O memorial serve como um espaço de reflexão sobre a identidade e a história do Estado do Acre, além de promover o turismo histórico na região (Assis Brasil, 1985).

No mesmo ano, Plácido de Castro foi reconhecido nacionalmente ao ser entronizado no Panteão da Pátria e da Liberdade (Brasil, 2002). Essa honra foi concedida em virtude da relevância histórica de seus feitos, que contribuíram para a integridade territorial do Brasil. Ao ter seu nome inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria*, Plácido de Castro foi oficialmente reconhecido como um dos grandes protagonistas da história brasileira<sup>10</sup>, cujo legado de bravura e determinação foi fundamental para a consolidação do território nacional.

No plano cultural, a minissérie *Amazônia – de Galvez a Chico Mendes*, escrita por Glória Perez e exibida

pela Rede Globo de televisão em 2007, proporcionou uma significativa visibilidade à Revolução Acreana e aos seus protagonistas (Memória Globo, 2007). Ao destacar os eventos históricos, a produção ressaltou a importância da região amazônica na formação da identidade nacional brasileira, bem como os desafios enfrentados por aqueles que lutaram por sua integridade territorial. O papel de Plácido de Castro na minissérie foi crucial, pois ele foi retratado como um líder determinado e visionário, cujas ações foram fundamentais para a conquista da soberania do Acre.

A produção cultural desempenhou um papel fundamental na divulgação da história da Amazônia para um público nacional mais amplo, contribuindo para uma compreensão mais profunda e ampla das questões regionais e históricas relacionadas à região. Com uma abordagem cinematográfica envolvente, com participação de grande elenco e marcada por uma narrativa cativante, a minissérie alcançou um numeroso público em todo o país, levando a história da Revolução Acreana e o legado de figuras como Plácido de Castro para lares em todas as regiões do Brasil. Como resultado, a produção não apenas celebrou a herança histórica da Amazônia, mas também despertou um interesse renovado por essa parte vital do patrimônio nacional.

Embora Plácido de Castro tenha sido inscrito no Panteão dos Heróis da Pátria e a minissérie televisiva exibida Rede Globo de televisão tenha desfrutado de uma exposição nacional, a memória da Revolução Acreana e o papel de seu principal líder acabaram por ser predominantemente enquadrados em uma perspectiva regional. Esse fenômeno pode ser atribuído a uma série de fatores socioculturais e políticos que influenciam a construção da memória coletiva.

Essa regionalização da memória da Revolução Acreana pode ser explicada, em parte, pela centralidade dos discursos históricos dominantes, que tendem a favorecer eventos e figuras associadas às narrativas nacionais mais amplas. Apesar dos esforços para promover a história do Acre e de seus protagonistas em um contexto nacional, a influência dessas narrativas hegemônicas muitas vezes limita a projeção dessa memória além das fronteiras regionais. Além disso, a própria identidade regional pode desempenhar um papel

significativo na manutenção e perpetuação da memória da Revolução Acreana como um evento fundamentalmente vinculado à identidade e à história local.

Assim, embora Plácido de Castro e a Revolução Acreana tenham sido reconhecidos por meio de honrarias e produções culturais de alcance nacional, a prevalência da memória regional indica as complexidades envolvidas na formação e na perpetuação das narrativas históricas, bem como na negociação de identidades regionais e nacionais no contexto brasileiro contemporâneo.

## Considerações finais

A expansão portuguesa na Amazônia e a posterior definição do território brasileiro na região foram marcadas por processos heterogêneos e diferenciados, refletindo a diversidade de estratégias e circunstâncias históricas ao longo dos séculos. Enquanto a expedição do Capitão Pedro Teixeira, no século XVII, representou uma das mais conhecidas ações de expansão territorial, caracterizada pela exploração dos rios e pela instalação de feitorias, a Revolução Acreana, ocorrida na transição dos séculos XIX para o XX, destacou-se por ser um movimento protagonizado por brasileiros em busca da integração e soberania sobre a região do Acre. Essas diferentes abordagens para a conquista da Amazônia evidenciam a complexidade e a variedade de interesses envolvidos, desde questões econômicas e geopolíticas até rivalidades entre potências coloniais e movimentos de resistência locais.

Enquanto a expansão portuguesa inicial priorizava o estabelecimento de rotas comerciais e a exploração dos recursos naturais, a Revolução Acreana refletia um desejo nacionalista e uma aspiração por autonomia regional, confrontando o domínio estrangeiro sobre o território. Essa heterogeneidade na conquista da Amazônia não apenas ressalta a complexidade da história da região, mas também destaca a interação dinâmica entre diferentes atores e interesses ao longo do tempo, moldando o desenvolvimento territorial e político da maior floresta equatorial do mundo.

No desfecho desta análise sobre a Revolução Acreana e o papel crucial desempenhado por Plácido de Castro, é essencial ressaltar a complexidade e as múltiplas facetas envolvidas nesse importante episódio da história brasileira. Ao enfrentar uma série de desafios de toda ordem, que vão desde as adversidades do ambiente operacional de selva até a falta de apoio governamental brasileiro, a distância dos grandes centros e o limitado poder de combate, as forças revolucionárias lideradas por Plácido de Castro demonstraram uma extraordinária capacidade de resistência e resiliência diante das adversidades.

A presença de forças militares bolivianas regulares, aliada à atuação de forças irregulares brasileiras, compôs um cenário de conflito assimétrico, intrincado e desafiador, exacerbando as dificuldades enfrentadas pelas forças revolucionárias. Nesse contexto, a relevância econômica da região do Acre, impulsionada pela exploração da borracha e pela demanda mundial por esse valioso recurso natural, desempenhou um papel preponderante na intensificação do conflito e na atenção dispensada ao território por parte dos governos brasileiro e boliviano.

É importante ressaltar, no entanto, que a contenda resultante da Revolução Acreana foi solucionada por meio da diplomacia, sobretudo pelas habilidades negociadoras do Barão do Rio Branco, culminando na anexação negociada do Acre ao território brasileiro.

Apesar da magnitude histórica desse evento e do protagonismo de Plácido de Castro, observa-se uma tendência à regionalização da memória, que muitas vezes limita a celebração e o reconhecimento dessa história aos contextos regionais do Acre, em detrimento de uma narrativa nacional mais ampla.

Por fim, é inegável que a Revolução Acreana representou não apenas a consolidação do território brasileiro, mas também uma significativa expansão territorial do país, completando a extensão atual do território brasileiro de 8.511.964km<sup>2</sup>. Esse evento histórico continua a ecoar como um marco na história nacional, evidenciando não apenas a determinação e o espírito de luta daqueles que buscaram a integridade e soberania do Brasil, mas também a vocação histórica do país na valorização da diplomacia e da negociação na resolução de conflitos internacionais.

---

## Referências

ASSIS BRASIL, Sebastião Dantas. **A Revolução do Acre**: ensaio histórico-político. Rio Branco: EDUFAC, 1985.

ASSMANN, Aleida. **Cultural memory and Western civilization**: functions, media, archives. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 5.188, de 7 de abril de 1904**. Organiza o território do Acre. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5188-7-abril-1904-516300-publicacao-107275-pe.html>. Acesso em: 29 fev 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 10.440, de 2 de maio de 2002**. Inscreve o nome de Plácido de Castro no Livro dos Heróis da Pátria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10440-2-maio-2002-343856-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2 mar 2024.



BRASIL. **Decreto nº 4.280, de 28 de novembro de 1868.** Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commercio e Extradicação, Celebrado em 27 de março de 1867, entre o Brasil e a República de Bolívia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em: 22 fev 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962.** Eleva o território do Acre à categoria de estado e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4070&ano=1962&ato=a51cXS61kMVRVT0ed>. Acesso em: 29 fev 2024.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 1.270, de 13 de dezembro de 1985.** Concede ao Comando de Fronteira do Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva a denominação histórica de Batalhão Plácido de Castro. Brasília: SGEEx, 1985.

CALVO, Roberto. **La guerra federal del Acre: um análisis de las relaciones boliviano-brasileñas em el periodo 1899-1903.** La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1984.

CAMPOS, André Luiz Vieira. **A Revolução Acreana: território e história.** Rio Branco: EDUFAC, 2012.

CASTRO, Genesco. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: excertos históricos.** Brasília: Senado Federal, 2005.

CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **Carmen: era uma vez um seringal.** Rio Branco: EDUFAC, 2022.

COSTA, Iracilda. **A questão do Acre.** Rio Branco: EDUFAC, 1996.

ELDEN, Stuart. **Território, autoridade e direitos: de São Paulo a Washington, 1500-2000.** São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil: Império.** São Paulo: EDUSP, 2012.

FERREIRA, Carlos Eduardo da Silva. A Revolução Acreana e os destinos do Acre: a criação de um território (1870-1903). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Rio Grande, v. 5, n. 9, 2013.

FREITAS, Djalma. **A conquista da Amazônia Ocidental: 1707-1777.** Manaus: EDUA, 2015.

GOMES, Augusto da Cunha. **Comissão de Limites entre o Brazil e a Bolivia: re-exploração do Rio Javary.** Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899.

GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. **O Espírito Militar na Questão Acreana.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

JADY, Ellem. No dia que Rio Branco comemora 139 anos, estátua do Plácido de Castro recebe nova espada após furto. **G1**, Rio Branco, 28 dez 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/12/28/no-dia-que-rio-branco-comemora-139-anos-estatua-do-placido-de-castro-recebe-nova-espada-apos-furto.ghtml>. Acesso em: 2 mar 2024.

LA CONDAMINE, Charles-Marie. **Journal du voyage fait par ordre du roi, a l'equateur**. Paris: Fayard, 1989.

MARIANO, Neiva. **A migração Nordestina para a Amazônia no Ciclo da Borracha**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005.

MEMÓRIA GLOBO. **Amazônia – de Galvez a Chico Mendes**. 2007. Disponível em: <https://memoria-globo.globo.com/entretenimento/minisseries/amazonia-de-galvez-a-chico-mendes/>. Acesso em: 3 mar 2024.

MIRANDA, Márcio Lúcio. **José Plácido de Castro: uma biografia política (1880-1908)**. Rio Branco: EDUFAC, 2003.

OLIVEIRA, Gilson. **História das fronteiras do Brasil: expansão territorial e conflitos**. São Paulo: Annablume, 2004.

PAGDEN, Anthony. **Fronteiras do mundo: uma história da civilização Ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Hélio; ALBUQUERQUE, Ivan. **Acre: a terra do nunca mais**. Brasília: Senado Federal, 1998.

SMITH, Anthony. **National identity**. Reno: University of Nevada Press, 1991.

SOUSA, Clodoaldo Bueno. **A questão do Acre**. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: da conquista à integração nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SYLVIO, Sérgio. O Tratado de Madrid e as fronteiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1966.

VIANNA, Hélio. **A formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.

ZALUAR, Luiz. **A República da borracha: história do Acre**. São Paulo: Moderna, 2001.

## Notas

<sup>1</sup> A pesquisa foi apresentada no Seminário de História Militar da Amazônia, organizado pelo Comando Militar da Amazônia em novembro de 2023.

<sup>2</sup> A União Ibérica foi um período na história em que Portugal e Espanha estiveram sob a mesma Coroa. Durante esse período (1580-1640), o Brasil passou por várias mudanças, incluindo uma maior centralização administrativa sob o domínio espanhol e uma significativa expansão territorial em direção ao interior, além de uma maior pressão econômica sobre as colônias, visando financiar as guerras espanholas na Europa. A União Ibérica teve consequências políticas, econômicas e culturais para o Brasil, contribuindo para moldar sua história colonial e suas relações com as potências europeias.

<sup>3</sup> Ver PAGDEN, Anthony. **Fronteiras do mundo: uma história da civilização ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>4</sup> ELDEN, Stuart. **Território, autoridade e direitos: de São Paulo a Washington, 1500-2000**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

<sup>5</sup> A revolução acreana é conhecida na Bolívia como Guerra Federal ou Guerra del Acre. Os termos são frequentemente utilizados para se referir ao conflito ocorrido entre as forças militares bolivianas e os rebeldes acreanos durante o período em que o Acre buscava sua independência da Bolívia. Ver CALVO, Roberto. **La guerra federal del Acre: un análisis de las relaciones boliviano-brasileñas em el periodo 1899-1903**. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1984.

<sup>6</sup> As expedições de Samuel Fritz e de La Condamine foram importantes incursões exploratórias na região amazônica, contribuindo significativamente para o conhecimento e mapeamento da área. Samuel Fritz, um missionário jesuíta, liderou expedições na região amazônica no século XVII, onde descreveu a geografia, os povos indígenas e realizou importantes trabalhos missionários. La Condamine, por sua vez, foi um explorador e cientista francês que, no século XVIII, participou da expedição franco-espanhola ao Equador, durante a qual explorou a região amazônica, incluindo áreas próximas ao atual Estado do Acre. Cf. LA CONDAMINE, Charles-Marie. **Journal du voyage fait par ordre du roi, a l'équateur**. Paris: Fayard, 1989.

<sup>7</sup> O princípio jurídico do *uti possidetis*, originado do direito romano e aplicado em contextos contemporâneos, estabelece que as partes envolvidas em processos de divisão territorial devem manter a posse dos territórios que ocupavam antes da divisão, a menos que haja acordo mútuo ou decisão contrária explicitamente estabelecida. Esse princípio visa garantir a estabilidade das fronteiras, prevenindo disputas e conflitos territoriais, ao reconhecer a posse como base para a definição dos limites territoriais entre Estados ou entidades políticas. Cf. RIBEIRO, Cláudio. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2019.

<sup>8</sup> Em economia, *commodity* ou mercadoria é um termo que corresponde a produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias-primas que não se diferem independentemente de quem as produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.

<sup>9</sup> O *Bolivian Syndicate of New York* foi uma empresa americana que teve um papel significativo na exploração econômica da borracha na região do Acre, na Amazônia, durante o final do século XIX. Fundada em 1879, essa empresa era uma das várias empresas estrangeiras que buscavam lucrar com a crescente demanda mundial por borracha natural. O sindicato obteve concessões do governo boliviano para explorar a borracha na região do Acre, mas seu controle monopolista e as condições de trabalho opressivas levaram à insatisfação entre os seringueiros e colonos locais. Isso eventualmente contribuiu para a Revolução Acreana. Entre seus acionistas, encontravam-se figuras proeminentes do mundo dos negócios e da política dos Estados Unidos na época. Entre eles, estavam Samuel P. Colt, irmão de um famoso fabricante de armas, e Charles R. Flint, um empresário conhecido por fundar a empresa de seguros American Express Company. Cf. MARTINS, H. M. de Mello. **O Cielo da borracha: história da economia do Acre**. Lisboa: Oficina do Livro, 2007.

<sup>10</sup> Ainda que configurada como uma homenagem de caráter nacional, a inscrição do nome de Plácido de Castro no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* deu-se por meio de projeto de lei apresentado pelo senador Tião Viana, representante do Acre, ou seja, uma iniciativa regional visando proporcionar uma visibilidade nacional.